

## **Nota explicativa que acompanha as alterações introduzidas na segunda publicação da proposta de revisão específica do RGIC**

A Comissão lança a segunda consulta pública sobre a revisão específica do RGIC no contexto de uma crise sem precedentes causada pelo impacto da pandemia de Covid-19. Os Estados-Membros da UE procuram prestar assistência para atenuar o impacto económico desta crise em todos os setores da economia. Reconhecendo plenamente a gravidade da situação, a Comissão publicou o Quadro Temporário, que esclarece os casos em que as intervenções estatais na atual crise são compatíveis com o funcionamento do mercado interno. Contudo, também é necessário continuar a preparação para o período pós-crise, de modo a que se conclua a revisão específica do Regulamento Geral de Isenção por Categoria a tempo para o início do próximo Quadro Financeiro Plurianual para o período de 2021-2027.

O objetivo da presente nota é esclarecer e explicar as principais alterações introduzidas na proposta de alteração do Regulamento Geral de Isenção por Categoria («RGIC») para acompanhar o próximo Quadro Financeiro Plurianual («QFP»), na sequência da primeira consulta pública e com base nas respostas recebidas nessa consulta. As alterações são indicadas para cada um dos três domínios incluídos na presente proposta do RGIC:

- Projetos de cooperação territorial europeia («CTE»);
- Projetos de ID&I que tenham recebido um Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do Horizonte Europa, bem como projetos de cofinanciamento e ações de associação de equipas ao abrigo do Horizonte 2020 ou do Horizonte Europa;
- Financiamento nacional combinado com financiamento ao abrigo do InvestEU.

### **Cooperação territorial europeia**

A proposta atualizada da proposta RGIC inclui as seguintes alterações principais no que diz respeito à cooperação territorial europeia («CTE»):

- Intensidade de auxílio: A Comissão alinhou a intensidade de auxílio proposta no artigo 20.º pelo nível da taxa de cofinanciamento previsto no projeto de regulamento CTE para todos os parceiros do projeto, a fim de simplificar a gestão dos projetos CTE e reduzir os encargos administrativos.
- Condições em matéria de relatórios e monitorização: A Comissão simplificou as condições em matéria de relatórios e monitorização relativas a montantes limitados de auxílio concedidos ao abrigo do artigo 20.º-A. A intenção é responder às necessidades dos projetos CTE com numerosos participantes que recebem, cada um, montantes de auxílio muito reduzidos, para os quais se considera adequado reduzir a carga administrativa devido aos montantes limitados de auxílio.

### **ID&I**

A proposta atualizada da proposta RGIC inclui as seguintes alterações principais no que diz respeito a ID&I:

- Esclarecimentos: São prestados vários esclarecimentos sobre as disposições relativas à taxa de financiamento aplicável no âmbito dos programas Horizonte. Com base nos comentários recebidos no âmbito da consulta pública, a Comissão suprimiu também os esclarecimentos originais nas definições de atividades elegíveis relativas ao nível de maturidade tecnológica, para tornar claro que a introdução inicialmente proposta não

visava conduzir a uma alteração substancial. Para aumentar a clareza e a legibilidade, a Comissão dividiu também os artigos propostos inicialmente relacionados com ID&I em quatro artigos distintos que abrangem 1) auxílios a projetos que receberam um rótulo de qualidade Selo de Excelência, 2) auxílios às ações Marie Skłodowska-Curie e às ações ao abrigo da validação do conceito do ERC, 3) auxílios a projetos cofinanciados de investigação e desenvolvimento e 4) auxílios a ações de associação de equipas.

- Financiamento mínimo uniforme ao abrigo do Horizonte Europa para projetos cofinanciados: Para simplificar a execução de projetos cofinanciados, foi ajustado o requisito relativo ao financiamento mínimo para projetos ao abrigo do Horizonte Europa, de modo que agora se exige um financiamento mínimo uniforme de 30 % do Horizonte Europa.
- Parcerias europeias institucionalizadas: A Comissão esclareceu igualmente que as contribuições dos Estados-Membros para as parcerias europeias institucionalizadas, tal como definidas no âmbito do programa Horizonte Europa, são elegíveis desde que sejam seguidas as regras do programa Horizonte Europa e a seleção dos projetos seja efetuada por peritos independentes.

## **InvestUE**

A proposta atualizada da proposta RGIC inclui as seguintes alterações principais no que diz respeito ao InvestEU:

- Definições: Tendo em conta os comentários da primeira consulta pública, a Comissão harmonizou várias definições com as definições incluídas no Regulamento InvestEU (como a definição de «garantia da UE» e de «parceiro de execução») e com as definições já existentes no RGIC (como a definição de «empresa inovadora»).
- Limiões de financiamento incluídos nos artigos 56.º-E e 56.º-F: Vários comentários no âmbito da primeira consulta pública consideraram que determinados limiões de notificação são demasiado baixos (por exemplo, para as energias renováveis) e que existe uma diferença injustificada nos limiões de notificação entre os vários tipos de financiamento das PME. A Comissão ajustou os limiões de financiamento pertinentes, tendo em conta a correlação necessária entre os limiões de financiamento previstos na secção 16 (expressos como financiamento total) e os limiões de notificação atuais das disposições RGIC existentes (geralmente expressos não como financiamento total, mas como montantes de auxílio).
- Condições de elegibilidade incluídas nos artigos 56.º-E e 56.º-F: As partes interessadas e os Estados-Membros assinalaram a necessidade de ajustar as condições de fixação de preços no artigo 56.º-E, n.º 2 (por exemplo, a fixação de preços não deve remeter diretamente para as taxas IBOR), e a limitação da duração dos empréstimos e das garantias para as PME, ao abrigo do artigo 56.º-E, n.º 11, alínea b). A nova proposta aborda estas questões. Além disso, a Comissão simplificou as condições incluídas no artigo 56.º-F, a fim de facilitar a execução de produtos de dívida intermediados com fins comerciais ao abrigo do InvestEU.
- Aditamento/supressão de categorias de projetos no artigo 56.º-E: A Comissão clarificou e acrescentou uma série de categorias de projetos que irão beneficiar do tratamento simplificado ao abrigo da nova secção 16. A Comissão acrescentou uma nova disposição relativa aos auxílios ao investimento em eficiência energética e aos auxílios à construção ou à modernização de polos de inovação. Em contrapartida, retirou o tipo de projetos que são, na maioria dos casos, de natureza não económica (como o investimento em infraestruturas ferroviárias). Além disso, foram

acrescentadas várias categorias de projetos relacionados com infraestruturas de banda larga elegíveis para financiamento ao abrigo do CEF2 e do InvestEU.

- Requisitos de avaliação: A Comissão esclareceu quando é aplicável o requisito de avaliação relativo aos regimes de auxílios estatais superiores a 150 milhões de EUR, no contexto da combinação de fundos nacionais com os fundos InvestEU.

### **Próximos passos**

Na sequência da presente consulta pública, a Comissão irá, com base nas respostas recebidas das partes interessadas, proceder à revisão do projeto de regulamento com vista à adoção da versão final até ao final de 2020, a tempo do próximo QFP.